

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUDIOVISUAL

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 22 de novembro de 2024, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho de Audiovisual do Estado de Pernambuco. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as)Titulares: **Cynthia Gomes Falcão Pereira; William de Brito Tenório; Rennan Mendes dos Santos Peixe;** os Conselheiras(os)Suplentes: **Caio Cagliani de Oliveira; Antônio Marcos Gomes de Carvalho; João Marcelo Alves; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araujo** e a Coordenadora de Audiovisual, Maria Samara.

Pauta única: Proposta de implementação da Pernambuco Film Commission.

Maria Samara explicou que Cynthia Falcão havia trazido questões e reflexões relevantes para a discussão do projeto e do planejamento. Foi pensado um cronograma para levar a discussão ao conselho e, posteriormente, ampliar com reuniões envolvendo produtores e produtoras de audiovisual. Antes de iniciar a escrita e a execução do planejamento, planejou-se promover uma escuta ativa e um diálogo coletivo para construir o plano de forma colaborativa, considerando a perspectiva já discutida pelo conselho, seja individualmente ou em grupo. Ela mencionou que questões importantes surgiram durante o encontro no Rec'n'play, como o papel e a relevância da Pernambuco Film Commission no âmbito estadual, as atividades que envolveria e as contrapartidas associadas à sua atuação. Ressaltou a necessidade de tempo para maturar e refletir sobre essas questões. Também agradeceu a presença de Camila Bandeira e da equipe do Observatório da Secult, que acompanhariam o processo e contribuiriam para o desenvolvimento de mapeamentos e diagnósticos da cadeia produtiva do audiovisual em Pernambuco. Destacou a importância de incluir no planejamento outras regiões do estado, reforçando que a Film Commission deveria alcançar um público mais amplo. **Maria Samara** relatou que o status atual estava focado na etapa de escuta com o conselho. Informou que haviam iniciado o planejamento de um formulário para captar percepções de produtores e produtoras de outras cidades de Pernambuco, destacando que o processo ainda era bastante inicial. Reforçou a importância do diálogo com o conselho e com trabalhadores do audiovisual, seguindo o cronograma combinado no Rec'n'play. Mencionou que, durante o evento, Felipe Dias, da Bahia, e Joana Braga, de

Porto Alegre, compartilharam experiências de implementação da Film Commission em suas cidades, o que enriqueceu a troca. No segundo dia, iniciou-se a discussão sobre o planejamento da Pernambuco Film Commission, abordando questões importantes, como o significado e os desafios de implementação da iniciativa no contexto estadual, especialmente em cidades fora do Recife. Destacou que era fundamental compreender a Film Commission como um projeto de política pública que visa minimizar os desafios de produção e agregar experiências regionais. Observou, ainda, que muitas pessoas desconheciam o conceito e o objetivo de uma Film Commission, o que tornava necessário iniciar o planejamento com foco em esclarecimentos e construção coletiva. Enfatizou que estavam dando os primeiros passos para estruturar o projeto de forma colaborativa. **Nara Aragão**, presidenta da Câmara Setorial do Audiovisual da Adepe e também produtora audiovisual, destacou que, apesar de não fazer parte do conselho, participou da reunião a convite de Maria, considerando relevante compartilhar informações sobre a construção da Film Commission. Ressaltou que o debate envolvia não apenas a criação de uma Film Commission estadual, mas também a possibilidade de iniciativas municipais. Explicou que a Câmara Setorial do Audiovisual, que representa o setor produtivo, retomou recentemente as discussões, com a reativação da participação da ABD após um período de inatividade. Mencionou que a pauta das Film Commissions, apesar de já discutida há anos, havia estagnado devido a mudanças de gestão, especialmente no caso do projeto municipal de Recife. Destacou a importância de ampliar a participação de produtores de outras regiões do estado, já que a discussão permanecia centralizada em Recife. Enfatizou que o fortalecimento do setor audiovisual deveria equilibrar a atração de produções externas, promovendo emprego e turismo, com o incentivo às produções locais, valorizando narrativas e identidades culturais próprias. Nara informou sobre a criação de um grupo de trabalho focado em elaborar um plano que resultará em um projeto estadual definitivo, além do esforço para retomar o projeto municipal de Recife. Por fim, destacou a necessidade de convocar mais produtores para participarem do debate, seja por meio da Câmara Setorial ou da ABD, reforçando o caráter colaborativo do processo. Camila Bandeira, diretora-geral de Promoção da Economia Criativa da Adepe, destacou que a Câmara Setorial do Audiovisual, mencionada anteriormente, era a única ativa entre as câmaras de economia criativa, tendo sido recentemente reativada. Ressaltou que a Film Commission estava entre as principais pautas trabalhadas pela câmara. Mencionou a proposta de Maria, reforçada pelas discussões realizadas no Rec'n'play, de convidar o grupo a integrar o trabalho da Film Commission, destacando a importância de contar com a participação de diversos atores, tanto do governo quanto da sociedade civil, para fortalecer o processo. Explicou que o grupo estava em um estágio de construção, mas precisava acelerar o andamento para transformar o projeto em algo concreto e viável. Camila informou que já havia uma sinalização positiva do presidente da Adepe para viabilizar a Film Commission em parceria com as secretarias de Cultura e Turismo, e reafirmou o compromisso de avançar com o projeto, colocando-se à disposição para colaborar. **Cynthia Falcão** enfatizou que qualquer iniciativa ou projeto relacionado ao audiovisual, especialmente os que interferem nas políticas públicas estaduais, deveria ser reportado ao Conselho Consultivo do Audiovisual. Destacou a importância da participação e do acesso dos conselheiros às informações, considerando o impacto das discussões em fóruns e instituições no setor. Ela mencionou que o Conselho é um espaço legítimo para debater questões estratégicas e históricas, como a criação de uma

Film Commission, tema que vem sendo revisitado ao longo dos anos, incluindo mudanças significativas nas percepções desde 2003. Cynthia sublinhou o papel central do Conselho como instância política representativa e consultiva, reforçando que ele é único no Brasil e tem legitimidade para articular políticas públicas inclusivas. Alertou que decisões e ações precisam ser discutidas no Conselho, especialmente para evitar repetições de políticas convencionais que poderiam não atender às necessidades do setor audiovisual de Pernambuco. Também destacou que as políticas públicas do estado já são referência nacional por sua abordagem inclusiva e estruturada. Ela questionou o modelo tradicional de Film Commission, focado em atrair turismo e capital, e propôs um debate mais amplo sobre como essa iniciativa poderia ser adaptada para Pernambuco, valorizando o cinema local, gerando impacto social e cultural, e fortalecendo a identidade do estado. Cynthia reforçou a necessidade de os conselheiros assumirem responsabilidade pelas discussões, garantindo que o Conselho continue a desempenhar seu papel de forma robusta e alinhada com os interesses do setor e da sociedade. **Maria Samara** expressou reflexões sobre a implementação e operacionalização de uma Film Commission em Pernambuco, destacando sua busca por compreender esse universo a partir de sua chegada à coordenação de audiovisual, sobretudo com sua entrada na Adepe. Reconheceu a relevância histórica da pauta mencionada por Cynthia e questionou como surgiram as primeiras discussões sobre o tema no estado, buscando entender os desejos e motivações iniciais para sua implementação, especialmente no contexto audiovisual de outras épocas. Ela destacou a importância de analisar a Film Commission não apenas como um mecanismo de atração turística, mas também como um instrumento para minimizar obstáculos enfrentados por produtores audiovisuais, especialmente aqueles com menor visibilidade ou reconhecimento no setor. Maria Samara refletiu sobre como o escritório poderia equilibrar as oportunidades de produção, facilitando processos como autorizações e acesso a recursos, e garantindo mais igualdade entre os diversos agentes do audiovisual. Baseando-se em conversas e leituras, compartilhou a ideia de que a Film Commission poderia funcionar como um espaço que equilibra as desigualdades, promovendo mais acessibilidade e apoio a produtores fora do mainstream. Ela concluiu reconhecendo a complexidade da questão e ressaltando a necessidade de continuar discutindo o tema de forma ampla e inclusiva. **Willyssys Wolfgang**, suplente do conselho representando o Sertão, destacou sua trajetória como produtor audiovisual, mencionando sua atuação em projetos relevantes, como uma série prestes a ser lançada nas plataformas Globoplay e Amazon Prime, além de um filme a ser exibido em Triunfo. Ressaltou sua experiência de 20 anos no setor, incluindo produções internacionais, e o compromisso com o desenvolvimento da política pública de audiovisual, apesar das dificuldades enfrentadas na mobilização dos participantes. Ele citou a relevância da Film Commission de São Paulo, acompanhada durante seu doutorado, como um modelo de sucesso na redução da burocracia para autorizações de filmagem. Essa iniciativa, segundo ele, transformou o processo em algo mais ágil, beneficiando a produção audiovisual e consolidando São Paulo como referência no setor, com cerca de 800 filmes gravados anualmente. Willyssys defendeu a criação de uma estrutura semelhante no estado de Pernambuco, destacando o potencial do Sertão e de Petrolina, com sua rica diversidade cenográfica e biomas únicos, como a Caatinga. Ele sublinhou a logística favorável da região, conectada a São Paulo por voos diários, o que facilitaria o deslocamento de equipes de produção. Como sugestão prática, propôs a criação de catálogos de locações e profissionais locais, destacando o

exemplo de Cabaceiras, na Paraíba, que, mesmo com desafios logísticos, consolidou-se como destino de produções audiovisuais. Enfatizou que uma Film Commission poderia integrar o Sertão ao litoral e ao restante do país, promovendo o cinema local e fortalecendo a economia criativa, com potencial de atrair produções nacionais e internacionais. Por fim, colocou-se à disposição como conselheiro e produtor para colaborar na construção dessa rede de apoio ao audiovisual, destacando a importância de superar barreiras políticas e burocráticas para impulsionar o setor no estado. **Nara Aragão** ressaltou pontos abordados por Cynthia Falcão, destacando a sintonia com as provocações levantadas no debate sobre a Film Commission em Pernambuco. Apontou como positivo o fato de o tema estar sendo conduzido dentro do setor audiovisual, ao contrário de outros lugares onde a gestão é frequentemente liderada por secretarias de turismo. Essa abordagem, segundo ela, fortalece o protagonismo do setor na discussão. Ela explicou que a Film Commission pode assumir múltiplos papéis, desde atrair investimentos externos e contratar profissionais locais até reduzir o tempo e os recursos que produtores gastam com atividades burocráticas. Ressaltou que a estrutura pode facilitar o processo criativo, permitindo que os produtores se concentrem em contar histórias. Além disso, destacou a importância de infraestrutura permanente, como bases de produção, convênios, subsídios para estúdios, fornecedores e prestadores de serviços de apoio, como transporte e limpeza. **Nara** também enfatizou o papel da Film Commission na formação e qualificação de mão de obra local, com cursos técnicos e de idiomas, além de outras capacitações específicas. Ressaltou que o modelo a ser implementado em Pernambuco deve ir além da promoção de locações e abordar necessidades mais amplas, como apoio estrutural e fortalecimento do setor audiovisual. Para iniciar, sugeriu algo simples, como uma base inicial com uma pessoa responsável por atendimento e informações. Esse pequeno passo, institucionalizado, já poderia ser considerado um começo de Film Commission. Alertou sobre a necessidade de evitar a estagnação devido a mudanças de gestão, reforçando a importância de manter a continuidade do projeto. Por fim, valorizou a condução do debate pela câmara do audiovisual e pelo setor criativo da ADEPE, destacando a relevância de fortalecer o setor como um todo. Ressaltou que uma Film Commission bem estruturada favorece a competitividade, o acesso e a independência dos produtores locais, e concluiu expressando satisfação com o avanço do debate em Pernambuco. **Cynthia Falcão** refletiu sobre a importância de uma Film Commission em Pernambuco, destacando que, embora não seja indispensável para o funcionamento do setor audiovisual, sua implementação traria benefícios significativos, como suporte ao segmento e impulsionamento do desenvolvimento. Observou que essa discussão é antiga e que as políticas públicas para o setor evoluíram ao longo do tempo, passando de uma visão em que o Estado apenas servia ao segmento para um entendimento de maior impacto e valorização das produções locais. Ela ressaltou que Pernambuco possui uma riqueza única no audiovisual, com produções marcantes e profissionais diversificados, incluindo representações do cinema negro e de mulheres, o que configura um diferencial competitivo. Argumentou que a Film Commission no estado não deveria ser uma simples reprodução de modelos de sucesso, como o de São Paulo, mas uma estrutura adaptada às realidades e necessidades locais. Apontou que esse órgão poderia atender desde grandes produtores, que já possuem experiência no setor, até iniciantes que enfrentam dificuldades por falta de acesso, técnica ou informação. Cynthia também mencionou a relevância de um espaço como o conselho, onde representantes de

diferentes segmentos podem contribuir com a elaboração de políticas públicas e discutir demandas específicas. Ressaltou que, embora 80% da população pernambucana esteja concentrada na região metropolitana, outras regiões, como o Sertão e o Agreste, também precisam de atenção e suporte para o audiovisual. Citou o caso de Wllyssys como exemplo de produtores locais que enfrentam desafios, mesmo com um nível avançado de produção. Por fim, elogiou o fato de o debate sobre a Film Commission estar partindo do setor audiovisual, promovendo uma discussão mais qualificada e ancorada nas reais demandas do segmento. Colocou-se à disposição para contribuir com a construção dessa iniciativa dentro do conselho e reforçou a importância de continuar nutrindo esses espaços com informações e colaborações relevantes. **Manuella Oliveira** expressou gratidão pela oportunidade de participar do debate sobre a Film Commission, enfatizando o reconhecimento do trabalho do Observatório de Indicadores Culturais (ObiC). Ela destacou a relevância dessa iniciativa para Pernambuco e reforçou o papel do setor de pesquisa em compreender o movimento em torno da Film Commission, contribuindo com estudos e análises para sua implementação no estado. Ela explicou que o ObiC iniciou estudos sobre o funcionamento de Film Commissions no Brasil e no exterior, com o objetivo de entender suas dinâmicas e adaptá-las à realidade estadual. Comentou que a pesquisa busca identificar as necessidades do setor audiovisual local e compreender como a Film Commission pode apoiar os profissionais. Esses estudos incluem a elaboração de um formulário inicial, que será alimentado por discussões, reuniões e contribuições dos envolvidos no audiovisual, visando medir a percepção e o conhecimento sobre a Film Commission. Manuella mencionou que já havia ocorrido uma conversa inicial com reflexões importantes e destacou a necessidade de apoio do conselho e da secretaria para a difusão do formulário. Essa colaboração é essencial para alcançar o maior número de profissionais do setor e assegurar que a pesquisa seja representativa. Ela reconheceu a riqueza do audiovisual pernambucano, com profissionais e produções destacadas, e apontou o potencial do estado como destino para gravações, devido à sua atratividade e ampla rede de profissionais. Por fim, ela reforçou o compromisso do OBIC em colaborar ativamente com o desenvolvimento do audiovisual em Pernambuco e com projetos futuros, colocando a equipe à disposição para fortalecer o setor e garantir que o estado continue ocupando um lugar de destaque na cultura nacional. **Wllyssys Wolfgang** destacou a necessidade de maior presença da Secult em Petrolina, sugerindo que a equipe liderada por Danilo visite a região para intensificar a participação no Censo Cultural. Ressaltou o potencial do município, mencionando um grupo local com 160 artistas e a oportunidade de ampliar os dados coletados. Ele enfatizou a importância de deslocar representantes para fortalecer o vínculo com os municípios vizinhos e assegurar um preenchimento robusto do Censo. Ele compartilhou sua experiência com a SP Commission, lembrando como essa estrutura facilitou a gravação de um curta-metragem de guerrilha em São Paulo, reduzindo burocracias e oferecendo suporte acessível para pequenos produtores. Comparou a desburocratização oferecida pela Film Commission com os benefícios econômicos que grandes produções trazem aos locais de filmagem, injetando milhões e gerando retorno significativo para os municípios. Ressaltou que uma Film Commission pode beneficiar tanto grandes produções quanto pequenos realizadores ao oferecer catálogos de locações e suporte logístico. Wllyssys também mencionou a criação de cidades cenográficas como uma oportunidade perdida em Pernambuco, destacando a importância de revisitar a ideia e integrá-la às políticas culturais. Ele sugeriu que o tema

seja incluído nas discussões do PNAB e em futuros editais, com o objetivo de estruturar iniciativas que apoiem o setor audiovisual. Propôs ainda que uma verba específica, como a destinada à reforma e requalificação, possa ser alocada no próximo ano para iniciativas voltadas à criação de estruturas que incentivem a produção audiovisual no estado. Por fim, ressaltou a importância de estruturar o setor com recursos adequados para garantir a viabilidade das propostas e evitar que elas permaneçam apenas no campo das ideias. Ele sugeriu manter essas discussões no radar do conselho, destacando a relevância de planejar ações estratégicas para o futuro. **Maria Samara** agradeceu as contribuições recebidas e discutiu, junto com Nara, os próximos encaminhamentos para a implementação da Pernambuco Film Commission. Ela reforçou a importância de tirar o projeto do papel, mas destacou sua preocupação com a implementação, enfatizando que etapas prévias, como mapeamento e pesquisa, são essenciais para evitar problemas futuros. Ressaltou que a escuta de experiências de outras Film Commissions pode ajudar na estruturação e consolidação do projeto. Mencionou a complexidade de atuar em nível estadual, considerando as macrorregiões e a integração dos municípios. Comentou sobre a necessidade de entender as distinções entre comissões estaduais e municipais e como essas diferenças impactam a atuação. Maria mencionou que, durante uma reunião anterior, foi decidido realizar um levantamento das experiências de Film Commissions estaduais e compartilhar dados coletados em um banco. Planejava organizar encontros para ouvir relatos e aprender com estados que já possuem essa estrutura, como São Paulo, citando a abertura dessas comissões em compartilhar suas metodologias e orientações. Ela destacou que um catálogo é indispensável antes de iniciar as atividades, assim como a definição de regras claras e mecanismos legais, como decretos. Para isso, sugeriu aprofundar o estudo sobre o que é possível juridicamente dentro das especificidades de Pernambuco. Por fim, apontou a importância de formular perguntas que refletem as vivências locais, considerando realidades como as de Recife e Petrolina, para compreender os desafios e as particularidades do processo de produção. Maria incentivou a participação coletiva na elaboração dessas perguntas para garantir que o formulário abordasse as diferenças e pontos em comum do setor audiovisual no estado. **Manuella Oliveira** enfatizou a importância de definir uma data para avançar no processo, destacando a necessidade de agilidade. Ressaltou que a colaboração de todos era essencial para ampliar a capilaridade do formulário, buscando captar um contexto mais próximo da realidade e, assim, planejar os próximos passos. Ela mencionou que o avanço dependerá de reuniões estratégicas, incluindo encontros com estados que já possuem Film Commissions estaduais, além de outros contatos e discussões futuras. Indicou que o formulário seria continuamente ajustado e aprimorado com base nas contribuições recebidas. Manuella disponibilizou o e-mail do Observatório (observatorio@secult.com.br) e mencionou que seu contato pessoal, assim como o de Maria, poderia ser usado para sugestões e contribuições ao processo. Ela reforçou a abertura para incluir todas as ideias enviadas. **Willyssys Wolfgang** destacou a importância de simplificar as demandas relacionadas a produções audiovisuais, propondo três perguntas fundamentais: **onde gravar, o que é necessário e quanto custa**. Ele mencionou que essas questões orientam o planejamento e ajudam a reduzir o tempo gasto em pesquisas de locação e visitas técnicas, especialmente quando a produção conta com suporte limitado. Ele sugeriu que a curto prazo fosse criado um catálogo estadual de locações, incluindo contatos, regras, banco de profissionais locais e

viabilização de licenças. Para produções de ficção, destacou a relevância de contatos com agências de casting, que facilitariam o trabalho de seleção de elenco e fortaleceriam a rede de talentos locais. A médio prazo, propõe parcerias para cadastro de fornecedores e logística, como hospedagens, enquanto a longo prazo defendeu a implementação de políticas de incentivo para filmagens no estado, com contrapartidas exigidas das produções. Finalizou agradecendo pelo espaço, pela atenção às demandas do Sertão e reforçando sua disposição para colaborar. Nada mais havendo a tratar, **Maria Samara de Almeida**, Secretária do Conselho Consultivo de Audiovisual, agradeceu a presença de todos(as) e deu por encerrada a reunião. Em seguida, lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por ela e pelos(as) demais conselheiros(as) presentes.

Samara Maria de Almeida (**Secretária**)

Cynthia Gomes Falcão Pereira

William de Brito Tenório

Rennan Mendes dos Santos Peixe

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araujo

Caio Cagliani de Oliveira

João Marcelo Alves